

DESAFIOS ENFRENTADOS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES

CHALLENGES FACING THE PUBLIC UNIVERSITY AND STUDENT MENTAL HEALTH

Kamila Soares Leal **1**
Phyllyppy Dyno Silva de Oliveira **2**
Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues **3**
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça **4**

Advogada, Pós-graduada em Processo Civil e Docência do Ensino Superior, Professora na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, cursando ainda pós-graduação *Stricto sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté – UNITAU. E-mail: kamila.ksl@hotmail.com **1**

Graduado em Direito pela Faculdade de Imperatriz (2013) e graduado em Pedagogia pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (2012). Especialista em metodologia do Ensino Superior pelo ICSH. cursando ainda pós-graduação *Stricto sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté - UNITAU. E-mail: phyllyppy.dyno@hotmail.com **2**

Graduado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1988), **3** mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor Auxiliar da UNITAU. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em teoria psicológica e interfaces, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação psicológica, interações sociais, autoconceito e intersubjetividade. E-mail: paulo.grangeiro@unitau.com.br

Graduada em Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogo **4** pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Faculdade de Ciências UNESP Bauru (2009) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2015) com bolsa sanduíche na University of Nevada, Reno. Atualmente é Professor Auxiliar I da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: treino de pais, habilidades sociais, problemas de comportamento, terapia analítico-comportamental e análise comportamental da cultura. E-mail: fabianefs@hotmail.com

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão sobre os desafios enfrentados por estudantes de graduação, quanto ao desenvolvimento acadêmico, à situação financeira, e à saúde mental. A discussão constrói-se através do seguinte questionamento: Quais os principais desafios enfrentados no sistema público de ensino superior e qual sua conexão com a saúde mental do estudante? O objetivo geral deste trabalho é conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o ensino superior. Os resultados demonstram que os estudantes enfrentam problemas emocionais, dificuldades financeiras, e inadaptação ao meio acadêmico. Além de afetar o desempenho acadêmico, tais desafios estão direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, inclusive depressão e suicídio. O poder público e as instituições de ensino devem intervir, para enfrentar essas dificuldades e amenizar seus impactos na vida dos estudantes.

Palavras-chaves: Estudante. Saúde mental. Universidade pública.

Abstract: This article proposes a discourse on the challenges faced by undergraduate students regarding academic development, financial situation, and mental health. The discussion is constructed through the following question: What are the main challenges faced in the public system of higher education and what is its connection with the mental health of the student? The general objective of this work is to know the main difficulties faced by students during higher education. The results demonstrate that students face emotional problems, financial difficulties, and maladaptation to the academic milieu. In addition, to affect academic performance, such challenges are directly or indirectly linked to the development of mental health problems, including depression and suicide. Public authorities and educational institutions must intervene to address these difficulties and reduce their impact on students' lives.

Keywords: Student; mental health; public university.

Introdução

O ensino superior brasileiro passou por grandes reformas nos últimos 25 anos. Os estudantes de graduação possuem em suas mãos uma oportunidade de ascensão social, através da educação, e também grandes desafios. O presente artigo propõe uma discussão sobre tais desafios. Apesar de o ensino privado deter a maior parte das vagas de ensino superior no Brasil, o texto ocupa-se dos estudantes da rede pública, dado seu perfil socioeconômico, cultural e político.

O tema é complexo e multidisciplinar. Os períodos diversos da academia; os diferentes eventos, como a adaptação nos anos iniciais e a finalização do curso; as dimensões política, cultural e social do estudante. Cada variável envolvida pode ter efeitos diferentes sobre a vida acadêmica. Assim, este trabalho limita-se a debater os desafios existentes sob os aspectos do desenvolvimento acadêmico, da situação financeira, e da saúde mental.

Para dar corpo ao presente estudo, buscou-se compreender não apenas os desafios enfrentados, como também seus efeitos no tocante à saúde do estudante. Assim, a presente discussão constrói-se através do seguinte questionamento: Quais os principais desafios enfrentados no sistema público de ensino superior e qual sua conexão com a saúde mental do estudante?

Dificuldades durante a vida acadêmica, seja financeira, social ou mesmo de adaptação ao curso, podem desencadear eventos como a retenção, a evasão e o adocimento do estudante. No intuito de amenizar a ocorrência desses eventos, o poder público e as instituições de ensino, buscam a implementação de políticas de assistência financeira e/ou psicológica ao estudante. Portanto, o estudo do tema em destaque possui grande relevância para o meio acadêmico e contribui para avanço no enfrentamento desses problemas.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o ensino superior. Dessa forma, o texto pretende identificar as dificuldades socioeconômicas, emocionais e de desempenho acadêmico e analisar a relação entre tais desafios do ensino superior e a saúde mental do estudante.

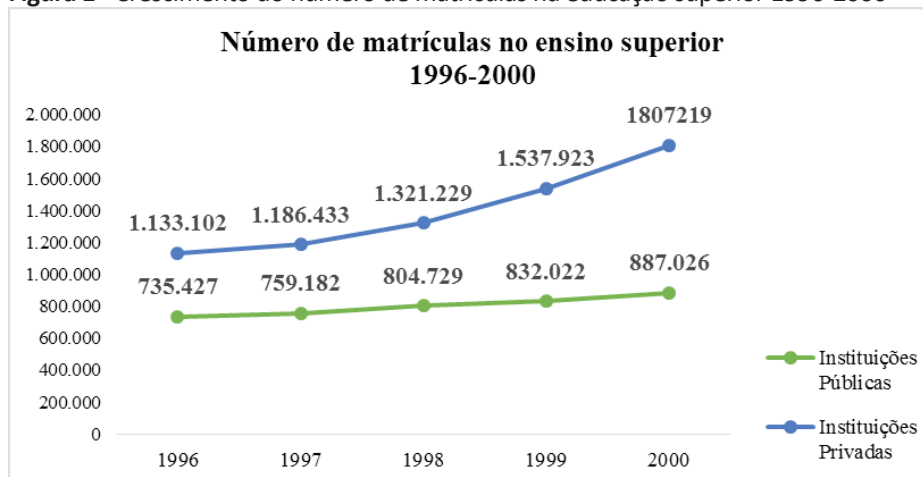
Revisão de Literatura

Acesso à educação superior: aspectos históricos

Para melhor compreensão do que é a vida acadêmica, é imperioso conhecer como se dá o acesso às universidades brasileiras, seu desenvolvimento histórico, e os fatores envolvidos. O acesso à educação superior no Brasil teve grande crescimento nas últimas décadas, podendo ser destacado três marcos importantes para tal fenômeno.

O primeiro marco refere-se ao aumento do número de vagas na década de 90, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Isto, porque na LDB “contempla-se a diferenciação de instituições em universidades públicas e privadas, centros universitários, institutos federais e faculdades, o que de certo modo favoreceu a sua ampliação” (GISI; PEGORINI, 2016, p. 23). O crescimento pode ser observado especialmente no setor privado.

Figura 1 - Crescimento do número de matrículas na educação superior 1996-2000



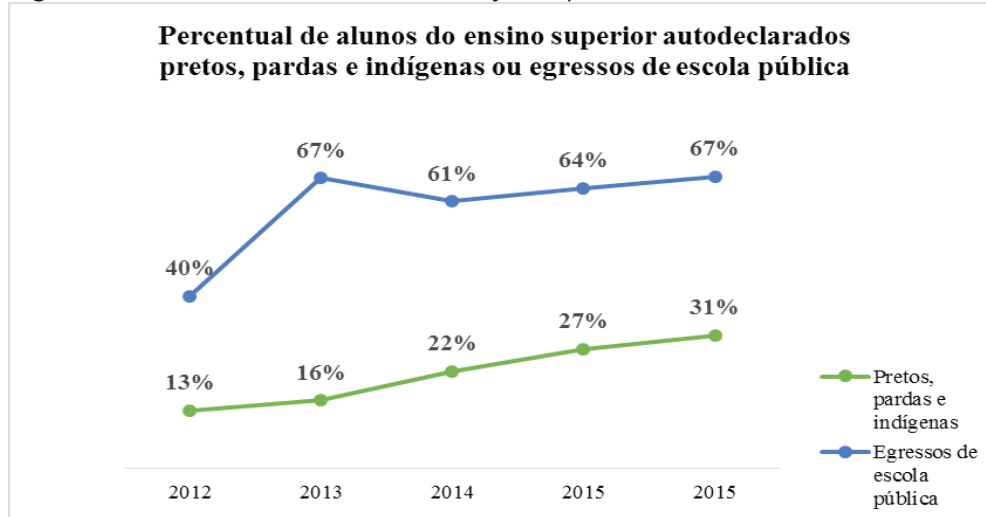
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP

O segundo marco, a partir dos anos 2000, é a adoção de políticas públicas de universalização e democratização do ensino superior através de programas do poder executivo federal como: a) o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 2001, através da lei 10.260, e expandido em 2004, destinado à concessão de financiamento a estudantes da graduação em instituições privadas; b) o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com criação em 2005, que concede bolsas, integrais ou parciais, em instituições privadas de ensino superior; c) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), também criado em 2005, com a finalidade de ampliar a oferta de vagas na educação superior por meio de reformas, reorganização e melhor aproveitamento de recursos humanos e estruturas físicas existentes; d) o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a oferta de cursos de graduação à distância, criado em 2006.

As medidas provocaram aumento no número de matrículas no ensino superior, que chegou a 5.449.120, mais que o dobro de matrículas existentes em 2000, conforme dados da Sinopse Estatística da Educação Superior 2010. Portanto, os efeitos práticos dos programas executados “demarcam o presente século XXI com a predominância de políticas de expansão do sistema público federal” (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016, p. 765).

Por último, há que se falar da política de ações afirmativas, que facilitam o ingresso de jovens pertencentes à minorias sociais no ensino superior. Expressada pela lei 12.711 de 2012, a política de ações afirmativas determina a reserva de metade das vagas das universidades para estudantes de escolas públicas. A democratização estabelecida através desta política se caracteriza pelo aumento no número de estudantes egressos da rede pública de ensino médio e autodeclarados negros, pardos e indígenas.

Figura 2 - Crescimento de matrículas em função da política de cotas



FONTE: Elaborado pelo autor com dados do INEP

Considerando o contexto do ensino superior brasileiro, afirma-se que o acesso à universidade pública, por si só, compreende a superação de diversos desafios. Por este motivo, a literatura encerra que o acesso é limitado e que os processos seletivos são excludentes (COSTA; FERREIRA, 2017, p. 142).

Permanência no ensino superior da rede pública

Uma vez inserido no sistema público de educação superior, o estudante possui outro desafio a frente: a permanência. Do ingresso à conclusão do curso, o trajeto do estudante está ameaçado por adversidades de natureza interna, externa ou individual. Por isso, políticas de permanência são imprescindíveis para a integração do aluno ao sistema.

A permanência no ensino superior não pode ser limitada ao fato de o estudante permanecer matriculado até a conclusão de seu curso, mas como a sua completa integração ao meio universitário. Portanto, suas políticas devem abranger “aspectos relacionados a diferentes formas de

inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, monitoria, apoio à participação em eventos, entre outras atividades” (VARGAS; HERINGER, 2017, p. 6). O mesmo autor relata que a instrumentalização das políticas de permanência, geralmente, ocorre através da assistência estudantil, que “teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas”.

Neste sentido, foi implementado em 2008, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para viabilizar a permanência do estudante na educação superior, através de ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As ações no âmbito do PNAES, conforme o decreto nº 7.234 de 2010, devem se desenvolver nas seguintes áreas: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e inclusão de portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2010). Em 2013, as políticas de permanência foram ampliadas com a criação do Programa de Bolsa Permanência (PBP), que tem o objetivo de “viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas” (MEC, 2013).

O PBP é executado através de auxílio financeiro aos estudantes de graduação, mas, cabe dizer que as políticas de permanência podem ser operacionalizadas por outros meios, que não as ações de assistência estudantil, e por isso, “abarcam os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES” (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016, p. 761). Associa-se a este fato, a vinculação que os programas de assistência têm à pesquisa é à extensão, ultrapassando as fronteiras da assistência financeira.

Metodologia

O presente estudo se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica e documental. A associação dos dois tipos de pesquisa possibilitou estudar o mesmo tema sob duas facetas: a de outros estudiosos da área e a de dados oficiais de órgãos governamentais e não-governamentais.

A pesquisa tem finalidade exploratória, pois, vislumbra-se necessária a ampliação do conhecimento que se tem a respeito do tema. Além do que, “possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Abordou-se o tema de forma quali-quantitativa. A abordagem qualitativa apresenta com maior clareza o aspecto subjetivo do tema em análise, enquanto que a abordagem quantitativa permite dimensionamento do fenômeno em estudo.

O estudo abrange os casos de universitários da rede pública de ensino superior, no Brasil. Apesar das variações que podem existir entre as regiões, como diferenças culturais e socioeconômicas, que podem ocasionar resultados diferentes, a pesquisa considera o âmbito nacional, dada as restrições para um maior aprofundamento no tema.

A pesquisa bibliográfica utilizou com fonte artigos de revistas, sobre o tema em estudo, publicado nos últimos cinco anos. Entre a fonte documentais, foram utilizados dados da pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, realizada em 2014, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

A análise do resultado obtido foi feito de forma que os dados bibliográficos complementassem e explicassem os dados documentais.

Resultados e Discussão

Desafios relacionados ao desenvolvimento acadêmico

O desenvolvimento do estudante pode ser medido pelo seu desempenho durante a graduação. Desta forma, a ocorrência de infrequência escolar, reprovações, e dificuldades na aprendizagem denotam que o estudante está enfrentando dificuldades, e, portanto, necessitando de assistência.

As dificuldades no desempenho acadêmico, por exemplo, em relação as questões de aprendizagem e a inadaptação à universidade, podem ser explicadas por fatores como o uso e abuso de drogas, a ansiedade, as dificuldades financeiras e a insatisfação com o curso, podendo provocar a evasão do estudante (ARAÚJO; BRESSAN, 2017, p. 2).

A discursão em torno do desempenho acadêmico não se limita em desejar que o estudante seja frequente e tire boas notas. Isto, porque, para o seu pleno desenvolvimento é necessário que ele seja capaz de processar e organizar as informações que recebe, que se concentre mesmo diante de situações estressantes e de cobranças, que tenha desempenho consistente e estável (RODRIGUES; ALMEIDA; CASSIA, 2016, p. 3).

Uma pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizada em 2014, apresenta quais são as dificuldades que mais interfere do desenvolvimento do estudante. A figura 3 apresenta os dados, do mais significativo para o menor:

Figura 3 - Dificuldades sentidas pelos acadêmicos

Tipos de dificuldades que interferem significativamente na vida do universitário ou no contexto acadêmico	Frequência (%)
Relacionamento familiar/amoroso/social	50,27%
Dificuldades financeiras	42,21%
Dificuldades de aprendizado/acesso a materiais e meios de estudo	34,55%
Carga excessiva de trabalhos estudantis	31,14%
Falta de disciplina/hábito de estudo	28,78%
Adaptação a novas situações	21,85%
Relação professor (a) - estudante	19,80%
Carga horária excessiva de trabalho	17,45%
Discriminações e preconceitos	9,76%
Conflito de valores/conflitos religiosos	7,73%
Situação de violência física/sexual/psicológica	7,72%

Fonte: FONAPRACE 2014

Conhecido este cenário, importa apresentar a influência da universidade nesse processo. Enquanto instituição, a universidade afeta negativamente os estudantes quando há predominância de espírito competitivo, incapacidade de auto crítica, pressão excessiva para crescimento quantitativo da produção científica e não qualitativo, gestão não participativa, incapacidade de reconhecer as situações de risco potencial, entre outros (VENTURINI; GOULART, 2016, p. 102).

Ainda que se considere a existência de fatores externos e individuais, que influenciam no desempenho acadêmico, a instituição de ensino é responsável pela criação de ambiente adequado e que atenda às necessidades do estudante. Nesse sentido, pode-se indicar como ações de melhorias o “atendimento individual a estudantes com dificuldades acadêmicas, adaptação ou organização de sua rotina; realização de ações educativas como oficinas e palestras” (ARAÚJO; BRESSAN, 2017, p.5) e etc.

Dificuldades socioeconômicas

Os aspectos da vida financeira de um estudante de ensino superior podem afetar seu desenvolvimento acadêmico e saúde mental de diversas formas. Os desafios socioeconômicos são um dos principais fatores responsáveis pela evasão do sistema de educação superior (ROSA; RIBEIRO, 2017, p.18). E também podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de transtornos mentais.

O fator socioeconômico como condicionante da evasão universitária fica mais evidente com a análise do perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros. De acordo com a pesquisa do FONAPRACE (2014), cerca 51,5% dos estudantes têm renda familiar de até 3 salários mínimos, 38,5% tem moradia de aluguel, 53,8% utiliza transporte público coletivo pra ir até a universidade, e somente 33,5% participa de alguma atividade acadêmica remunerada.

Ainda que o poder público abra vagas no ensino superior, o direito à educação só estará garantido se forem dadas todas as condições necessárias à permanência do estudante. Neste sentido, cabe lembrar que na rede pública de ensino, as despesas para manutenção do curso se concentram no custeio de moradia, alimentação, vestimentas, livros e etc. Tal situação pode levar

a outro problema, o isolamento do estudante, que entra no mercado de trabalho e se afasta das atividades acadêmicas de ordem social e cultura (ROSA; RIBEIRO, 2017, p.11).

A conexão entre a situação financeira e a saúde mental, pode ser melhor exemplificada com a ocorrência da ideação suicida. A literatura aponta que a tendência à ideia de suicídio é maior entre os estudantes com problemas financeiros, além de maior propensão à depressão e ansiedade (PEREIRA; CARDOSO, 2015, p.29)

O fator socioeconômico tem peso também no desempenho acadêmico, vez que, este necessita de aparato material e estrutural. São necessários a aquisição de livros e outros materiais didáticos, materiais e equipamentos específicos para o curso, e também o uso de equipamentos de mídia e informática, para a realização de muitas atividades inerentes a graduação. Sabendo que ainda há muitas universidades com estrutura precária, não é difícil observar casos em que o estudo fica limitado por falta de recursos básicos.

Depreende-se do exposto, que os principais desafios socioeconômicos enfrentados pelos universitários do setor público são: custear moradia, aluguel, livros, materiais escolares e demais despesas pessoais; e conciliar jornada de trabalho com as atividades acadêmicas.

Desafios emocionais e transtornos mentais

Os desafios emocionais que os estudantes de ensino superior enfrentam podem ser de natureza individual, social ou ambiental. Entre os fatores individuais há “baixa autoestima, imaturidade cognitiva/emocional, dificuldades de comunicação e doenças somáticas” (VENTURINI; GOULART, 2016, p. 98). Os fatores individuais associam-se ao fatores sociais e ambientais, agravando os desafios que os estudantes tem que enfrentar. O mesmo autor relata a título de exemplo, pode-se citar o “conflito familiar, exposição à violência e abuso [...], falta de serviços básicos, injustiça e discriminação, desigualdade de gênero, desigualdades sociais”.

A literatura aponta alguns exemplos dos desafios emocionais que estudantes de ensino superior enfrentam. É o caso do desafio de morar sozinho, pois há a diminuição do apoio emocional, tornando-se um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais (MESQUITA et al, 2016, p. 225). Há também o sofrimento de pressões com prazos e cobranças por parte dos professores; desequilíbrio entre manter uma rotina de estudo e vida social ativa; insegurança e incertezas quanto ao futuro profissional, dentre outros.

No período inicial do curso, os desafios enfrentados são potencializados pelo momento que o acadêmico vive. É no primeiro ano de curso que ele passará pelo momento de acolhimento, adaptação e integração à universidade. Por isso, é recomendado que as instituições se sensibilizem com a situação dos alunos recém chegados e atuem para integrá-los ao meio acadêmico.

Para esses alunos recém chegados e, sobretudo para os que deixaram a sua residência de origem parece importante algumas iniciativas de acolhimento, que passam pelo conhecimento da cidade onde se situa a instituição e respectiva comunidade envolvente, assim como pela explicação quer do currículo do curso, quer do próprio regulamento acadêmico, fazendo deste modo com que o aluno aos poucos se “sinta em casa”. (COSTA; MOREIRA, 2016, p.77)

É um momento de grandes mudanças, pois o aluno está se inserindo em um universo completamente diferente do que estava habituado na educação básica. Ademais, a sincronização deste momento com a transição da adolescência para a vida adulta, constitui agravante para a situação ora apresentada (BRAGA et. al., 2017, p. 49)

A pesquisa do FONAPRACE (2014) revelou que 79,80% dos estudantes universitários sente pelo menos uma dificuldade emocional. Dentre elas, a mais sentida é a ansiedade (58,36%). Os dados completos são apresentados na figura 4:

Figura 4 - Dificuldades emocionais entre universitários

Tipos de dificuldades emocionais que afetam os universitários	Frequência (%)
Ansiedade	58,36%
Desânimo/ falta de vontade de fazer as coisas	44,72%
Insônia ou alterações significativas de sono	32,57%
Sensação de desamparo/desespero/ desesperança	22,55%
Sentimento de solidão	21,29%
Sensação de desatenção/desorientação/ confusão mental	19,30%
Tristeza persistente	19,28%
Timidez excessiva	15,52%
Problemas alimentares	12,56%
Medo / pânico	10,56%
Ideia de morte	6,38%
Pensamento suicida	4,13%

Fonte: FONAPRACE-2014

Diante desses resultados, é fundamental explorar a relação que existe entre a vida acadêmica e a saúde mental dos estudantes, e conhecer os efeitos do primeiro sobre o segundo.

Vida acadêmica e saúde mental

A saúde mental de um indivíduo “é o equilíbrio emocional entre suas necessidades e as exigências ou vivências externas” (BRAGA et. al., 2017, p. 49). Seu conceito deve ser compreendido de forma abrangente, pois, “não se restringe a ausência de um transtorno mental, mas denota o estado de proatividade, no qual o indivíduo possui condições de enfrentamento ao estresse, pode exercer sua autonomia, sendo produtivo e explorando seu potencial” (MEIRA; MORENO; VERAS, 2017, p. 268). Portanto, é imperioso que o estudante tenha plena saúde mental, pois assim, será possível desenvolver suas habilidades e potencialidades dentro do meio acadêmico.

Neste contexto, afirma-se que problemas na saúde mental podem afetar o estudante provocando a evasão e o retardamento. Tal afirmação é possível a partir da análise de pesquisas sobre o tema. Um estudo sobre os riscos da depressão entre universitários, revelou que as dificuldades de ordem pessoal, acadêmica e financeira dos estudantes desencadearam sintomas da doença como o estresse e a ansiedade (COSTA; MOREIRA, 2016, p. 73). O mesmo estudo, indica que:

As saudades de casa podem reduzir a capacidade de concentração nas atividades diárias e de memorização dos alunos, conduzindo a falhas cognitivas, ao decréscimo do desempenho acadêmico e da percepção de controle sobre as exigências acadêmicas (COSTA; MOREIRA, 2016, p. 73).

Do mesmo modo, o distanciamento das pessoas com quem se relacionava antes e o rompimento com o antigo círculo de convivência, quando o jovem entra na universidade, causam sofrimento psíquico, potencializando os riscos de estresse (MEIRA; MORENO; VERAS, 2017, p. 272). Além dos efeitos sobre a vida acadêmica, tais fatores poderão influenciar no seu desenvolvimento profissional, por causa do sentimento de “insegurança, tristeza, cansaço e ansiedade” (MEIRA; MORENO; VERAS, 2017, p. 265).

Um estudo realizado com estudantes da área da saúde, em 2015, no Mato Grosso, revelou que o grupo era altamente vulnerável a doenças mentais, e que entre os motivos estão a pressão da família, dos professores, dos trabalhos e das provas; associados à falta de lazer, à insônia, e a transtornos de humor e ansiedade (MESQUITA et al, 2016, p. 220).

Em pesquisa sobre os efeitos da solidão entre universitários, percebeu-se que a ocorrência de transtornos mentais estavam conectados ao afastamento desses estudantes de seus relacionamentos familiares e sociais (VENTURINI; GOULART, 2016, p. 95), assim como, verificou-se a existência de uma ligação ente “a ocorrência de psicopatologias e de sofrimento mental com as condições de desvantagem socioeconômica e de exclusão social” (VENTURINI; GOULART, 2016, p. 95).

Com base nos estudos elencados, afirma-se que há de fato conexão entre os eventos da vida acadêmica e o estado de saúde mental dos estudantes. Portanto, demonstra-se ser indispensável a intervenção da universidade no sentido de amenizar os efeitos negativos da educação superior sobre a vida do aluno e de promover a saúde mental na comunidade acadêmica.

Considerações Finais

Os resultados apresentados levam à afirmação de que os desafios enfrentados pelos estudantes no sistema público de ensino superior são os problemas emocionais, as dificuldades financeiras, a adaptação ao meio acadêmico, e a conciliação entre universidade, trabalho e outros.

Além, de afetar o desempenho acadêmico, tais desafios estão direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, inclusive depressão e suicídio.

Além disso, seus reflexos podem ser sentidos no crescente número de evasões e retenções na educação superior, o que leva a concluir que o poder público e as instituições de ensino devem intervir, através de políticas públicas eficientes e amplas, para enfrentar essas dificuldades e amenizar seus impactos na vida dos estudantes.

Referências

ARAÚJO, C., & Regina BRESSAN, V. (1). **Ações de promoção à saúde, atenção psicossocial e educacional como práticas de integração universitária**. In: Congressos CLABES: 2017. Recuperado a partir de <http://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1618>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRAGA et. al. ALS. **Promoção à saúde mental dos estudantes universitários**. Revista Pró-UniverSUS. 2017 Jan./Jun.; 08 (1): 48-54. Disponível em: <<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/896/703>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília-DF, jun 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília-DF, abr 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília-DF, jul 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Brasília-DF, jul 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260compilado.htm09-02>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Brasília-DF, jan 2005.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília-DF, ago 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília-DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

COSTA, Danielle Dias de; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. **O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Disponível em: <https://submission3.scielo.br/index.php/aval/article/view/152869>. Acesso em: 09 fev. 2019.

COSTA, Marcelo de; MOREIRA, Yanne Barros. **Saúde mental no contexto universitário.** Blucher Design Proceedings, v. 2, n. 10, p. 73-79, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3.amazonaws.com/designproceedings/sed2016/009.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Estatística da Educação Superior 2013. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FONAPRACE - Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis. **IV Pesquisa Do Perfil Socioeconômico E Cultural Dos Estudantes De Graduação Das Instituições Federais De Ensino Superior Brasileiras (2014).** Uberlândia-MG: FONAPRACE, 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. **As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, n. 20, p. 21-37, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9390>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012.** Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010.** Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1996.** Brasília: Inep, 1997. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1997**. Brasília: Inep, 1998. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1998**. Brasília: Inep, 1999. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília: Inep, 2000. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INEP-Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/68574>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MEIRA, Fernanda; MORENO, Gabriel; VERAS, André Barciela. **Nuances do conceito de saúde mental e a qualidade de vida de estudantes de medicina**. Revista Sul Americana de Psicologia, v. 5, n. 2, p. 263, 2017. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/am/index.php/psico/article/view/179>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MESQUITA, Andressa Medrado et al. **Depressão entre estudantes de cursos da área da saúde de uma universidade em Mato Grosso/Depression among students of health courses at a university in Mato Grosso/Depresión entre estudiantes de cursos del área de la salud de una universidad en..** Journal Health NPEPS, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/1433>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013. **Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências**. Brasília-DF, mai 2013. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PEREIRA, Adelino; CARDOSO, Francisco. **Ideação suicida na população universitária: Uma revisão da literatura**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Francisco_Cardoso3/publication/277719585_Ideacao_Suicida_na_Populacao_Universitaria_Uma_Revisao_de_Literatura/links/5571eea408ae7536374c60a3.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

Prodanov, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Lisiane Maria Dias; ALMEIDA, Priscilla de Albuquerque; CÁSSIA, Sâmara de. **Reflexões acerca das implicações do déficit de atenção como fator predisponente de prejuízos acadêmicos**. Editora Realize Revistas, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID1416_15082016113714.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

ROSA, Chaiane de Medeiros; RIBEIRO, Ricardo. **Percalços da permanência na educação superior: fatores socioeconômicos como condicionantes da evasão**. Revista Cocar, v. 11, n. 21, p. 66-89,

2017. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/1282>. Acesso em: 02 fev. 2019.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. **Políticas de Permanência no Ensino Superior Público em Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Chile**. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, núm. 25, 2017, pp. 1-33 Arizona State University, Arizona, Estados Unidos Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275050047114>. Acesso em: 03 fev. 2019.

VENTURINI, Ernesto; GOULART, Maria Stella Brandão. **Universidade, solidão e saúde mental**. Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, v. 4, n. 2, p. 94-136, 2016. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/221>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

Recebido em 26 de fevereiro de 2019.

Aceito em 4 de junho de 2019.